

editorial

Nós mulheres estamos cada vez mais preocupadas em compreender a lógica das relações econômicas atuais que tanto tem impactado nossas vidas. Não é de hoje que a “ditadura da economia” do modelo neoliberal vem acentuando a redução das relações sociais às relações de mercado, encolhendo o espaço de discussão pública geral e da política, em particular.

Na tentativa de desvendar esses mecanismos da ordem mundial neoliberal, nós feministas buscamos aprofundar os caminhos de reflexão teórica e política para repensar nossos projetos de transformação social.

Nesse contexto, trazemos neste número da *Folha Feminista* um extrato significativo do texto da economista Julie Matthaei que resgata a contribuição da teoria marxista para reflexão do conjunto das condições sociais de existência. Esse artigo da autora intitulado “*Porque feministas, marxistas e economistas políticos anti-racistas precisam ser feministas-marxistas-anti-racistas economistas políticos*” foi publicado integralmente na revista americana *Feminist Economics* e nos recoloca diante da necessidade das feministas dialogarem com o conjunto das formulações econômicas presentes na sociedade.

Também refletimos aqui sobre a contribuição das mulheres para pensarmos políticas públicas relativas à segurança alimentar.

SOF

Daniel de Andrade



A Marcha na passeata de abertura do Fórum Social Mundial 2001

Porque economistas feministas e anti-racistas precisam ser marxistas

Por Julie Matthaei*

Este artigo defende uma economia marxista feminista e anti-racista. Argumenta que a economia política e social feminista e anti-racista precisa trabalhar dentro da estrutura teórica marxista para entender a dinâmica do capitalismo e defender uma alternativa socialista libertadora.

À primeira vista, isso pode ser uma proposta confusa. Feministas e anti-racistas criticaram Marx e marxistas por privilegiar classe e virtualmente ignorar gênero e raça, e por enfatizar a centralidade das relações econômicas (leia-se a mediação do mercado) sobre as relações familiares. Contudo, através dos anos, marxistas-feministas e anti-racistas trabalharam para tornar o marxismo uma tradição mais adequada na qual se estabelecessem. Os aspectos abrangentes do marxismo representam, em minha opinião, uma estrutura e um ponto de partida coerente e frutífero para a análise econômica feminista e

anti-racista que é de longe superior à outra alternativa dominante, a economia neoclássica.

1) A análise econômica marxista oferece às economistas feministas e anti-racistas uma estrutura teórica que é compatível com análises de gênero e raça como construções sociais. A chave para as teorias feministas e anti-racistas é o desafio de argumentos de “diferenças naturais” que foram usados por sociedades para justificar desigualdades de gênero e étnico-raciais. As economistas feministas e anti-racistas querem argumentar que essas diferenças e desigualdades são socialmente construídas

e por essa razão abertas a mudanças. A economia marxista permite exatamente tal análise. A teoria marxista centrou-se na construção de classe. Contudo, marxistas feministas e anti-racistas aperfeiçoaram a economia marxista para mostrar os caminhos nos quais as relações econômicas e instituições contribuem para a construção de gênero e etnicidade de raças.

Olhar o marxismo como teoria das relações sociais fundamentais

Feministas marxistas, por exemplo, desenvolveram e utilizaram o conceito de divisão sexual do trabalho – a designação de sexos para atividades sociais diferentes e desiguais – como chave para a construção de diferenças de gênero. Teóricos raciais mostraram como divisões raciais de trabalho produziram e reproduziram raça, assim como classes e gêneros diferenciados sobre raças. Mais ainda, a interdisciplinaridade da teoria marxista deixa espaço para a incorporação de processos não-econômicos para uma análise da construção de gênero e raça – processos tais como religião, psicologia, família e política. Em contraste, a economia neoclássica oferece pequena possibilidade de incorporar pontos de vista feministas e anti-racistas de diferenças de gênero e etno-raciais. Explica a desigualdade racial e de gênero como o resultado de diferenças naturais em habilidades, diferenças raciais e sexuais em preferências, e “gostos” discriminatórios. Todas essas três são vistas como tendo origem fora da economia, e por isso fora do domínio da teorização econômica. Ainda, tais teóricos têm pouco a dizer sobre as origens da desigualdade ou das preferências discriminatórias – e, em particular, ignoram o poderoso papel que a economia capitalista tem desempenhado ao produzir e reproduzir racismo e sexismo.

2) Economistas feministas e anti-racistas perceberão que a teoria marxista por sua postura política explícita é mais

acessível do que a teoria neoclássica com suas referências brancas e masculinas. É verdade que Marx afirmava que sua teoria era objetiva e científica, e de fato, utilizava essa afirmação para denominar feministas socialistas como “utópicas”.

Por outro lado, Marx entendeu a importância política das idéias – especialmente o papel das teorias predominantes em racionalizar o *status quo*. Por esta razão, a crítica feminista e anti-racista quanto ao foco principal da economia marxista ser na classe, o que protege interesses brancos e masculinos, é compreensível a partir do discurso marxista. Mais ainda, pode-se partir das considerações do marxismo sobre a construção de uma economia mais livre, igual, democrática e solidária, para o reconhecimento explícito de uma agenda política feminista e anti-racista motivando um trabalho teórico. Economistas feministas e anti-racistas deveriam ser marxistas porque o conceito econômico de classe que a teoria marxista desenvolve é indispensável a qualquer entendimento significativo de gênero e raça e para as organizações feministas e anti-racistas terem sucesso.

Processos de classe diferenciam gênero e etnicidade em formas significativas e teorias que ignoram essas diferenças são invalidadas. Por exemplo, as teorias marxistas feministas argumentaram que o desempenho das mulheres no trabalho doméstico não pago para seus maridos é o aspecto chave da opressão das mulheres. Contudo, algumas mulheres foram capazes de usar o privilégio de classe – normalmente obtido através de seus maridos – para libertarem-se desse trabalho. Em contraste, mulheres pobres assumiram esse trabalho como empregadas domésticas e, ao mesmo tempo são chamadas a cuidar adequadamente de suas próprias famílias.

Similarmente, a opressão racial-étnica não pode ser vista como um fenômeno unitário de cruzamento de classe.

Finalmente, a incorporação de uma

postura baseada na classe é necessária para a visão política de economistas feministas. Um foco sobre gênero sozinho tende a dissolver-se em políticas de ação afirmativa e anti-discriminatórias. Mesmo que essas fossem de alguma forma capazes de separar raça e gênero de classe, trazendo representação igual de mulheres brancas e pessoas não brancas através da hierarquia econômica, a maioria das mulheres e pessoas não brancas seriam classe trabalhadora, vivendo à margem da economia, sem controle significativo sobre as condições de trabalho, sujeitas ao risco de repentino desemprego e pauperização.

3) Economistas feministas e anti-racistas precisam basear suas análises na teoria marxista – em vez da teoria neoclássica – para ter a possibilidade de imaginar a construção de uma sistema econômico melhor. Porque de fato, as maiores vítimas do capitalismo não são, como sugerido por Marx, homens brancos da classe trabalhadora, mas sim mulheres pobres e não brancas, especialmente mães solteiras e seus filhos.

As teorias marxistas oferecem uma estrutura dentro da qual economistas feministas e anti-racistas podem trabalhar para articular caminhos nos quais uma nova economia, mais socializada e democrática pode ser construída – uma economia na qual gênero e raça são ambos reconstituídos de uma maneira não hierárquica, ou eliminados completamente e na qual a conexão economia – família pode ser reestruturada de forma que mulheres e crianças não estejam em desvantagem. Mais ainda, a teoria marxista oferece uma prescrição para tal transformação: ação coletiva, alimentada por uma ciência social libertadora.

* A autora é economista, do Wellesley College.

Este texto é um resumo do item II do artigo

“Porque feministas, marxistas e economistas políticos anti-racistas precisam ser feministas-marxistas-anti-racistas economistas políticos” publicado em “Feminist Economics” vol.2, nº I, 1996, EUA.

Traduzido por Maria Giuseppina Curione.

As mulheres e as políticas públicas de combate à fome

por Miriam Nobre

Em 1998, 45,5% das mulheres que integravam a população economicamente ativa recebiam até 1 salário mínimo, enquanto que 28,4% dos homens encontravam-se na mesma faixa de renda (PNAD, 1998). A pobreza se acentua no caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, ainda mais no nordeste onde 60,2% destas famílias viviam com menos de 1 salário mínimo. Neste ano, 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas encontravam-se na faixa dos sem rendimento.

Contribuição das mulheres à segurança alimentar

Apesar do acesso desigual à renda as mulheres contribuem com seu trabalho produtivo e reprodutivo para o desenvolvimento e o bem estar da sociedade brasileira.

As agricultoras contribuem significativamente na produção de alimentos, em particular no manejo do quintal e na criação de pequenos animais. Este trabalho é fundamental na seleção e domesticação de espécies, na comercialização em mercados locais e no auto-consumo. Porém, permanece invisível, oculto nas atribuições de dona de casa e portanto excluído das ações públicas de crédito e assistência técnica.

Na sociedade rural e urbana a divisão entre trabalho produtivo – e masculino – e reprodutivo – e feminino – define que a alimentação das famílias é uma atribuição das mulheres. Este modelo nem sempre encontra correspondência na realidade (mulheres que trabalham fora de casa, que sustentam sozinhas sua família) mas organiza as percepções que se tem dos lugares de mulheres e homens.

Este modelo limita as possibilidades de pleno desenvolvimento das pessoas, sobrecarrega as mulheres no trabalho doméstico e de cuidado, e tende a desvalorizar seu trabalho e torna-lo invisível.



Natureza Viva, 1952 / Frida Kahlo

Ao poder público cabe tanto romper com a divisão sexual do trabalho e o lugar naturalizado das mulheres (mãe e esposa) quanto reconhecer a experiência construída pelas mulheres ao exercer sua responsabilidade pela alimentação trazendo-a para a cena pública e tornando-a sujeito de políticas.

As mulheres e as políticas públicas

O poder público tem considerado as mulheres como um recurso disponível para complementar suas ações. Por exemplo, o horário dos serviços públicos não atende as mulheres que trabalham fora de casa, ou então as mulheres são chamadas a cobrir com seu trabalho voluntário ausências do Estado. Em tempos de restrições orçamentárias este chamado tende a se intensificar implicando em um aumento significativo na jornada de trabalho das mulheres.

Um outro problema é que as políticas públicas têm considerado a família como uma unidade, sem avaliar as desigualdades que operam em seu interior. No acesso à alimentação, as donas de casa são o elo mais frágil. A pouca comida que

entra em casa deve ser dirigida às crianças ou quem tem um trabalho remunerado, justamente aqueles que tendem a ter acesso à alimentação institucional na escola ou no local de trabalho.

As mulheres como sujeitos nos movimentos pelo direito à alimentação

Na história brasileira as mulheres muitas vezes politizaram suas responsabilidades de dona de casa: “daquilo que reclamamos sozinhas em casa, vamos reclamar juntas na rua”. Foram protagonistas dos movimentos contra a carestia, no boicote à carne, ao feijão, nos movimentos de dona de casa que atuam contra o aumento de preços e pela qualidade da alimentação.

Muitos destes movimentos não têm a institucionalidade usual dos movimentos sociais, mas nem por isto têm menor importância política. O poder público deve considerá-los como interlocutores privilegiados reforçando a liderança das mulheres, suas visões e propostas no combate à fome.

Suzana Salles encanta no novo CD *As Sílabas*

por Priscilla de Paula

Suzana Salles, querida cantora de São Paulo, está lançando seu terceiro trabalho, o CD "*As Sílabas*" (selo Dabliú), que apresenta um repertório abrangente da cultura musical brasileira, desde uma pérola do cancionário popular de 1933 até uma inédita de Arnaldo Antunes. Além das canções em parceria com Chico César e Ná Ozzetti, e sublimes interpretações de grandes compositores como Chico Buarque e Paulinho da Viola.

Suzana iniciou sua carreira como vocalista das bandas de Arrigo Barnabé e Itamar Assumpção, mestres da cena alternativa paulistana. Porém, foi na Alemanha que ela se apresentou pela primeira vez como solista, cantando Brecht & Weill em alemão para alemães.

Em 94 lançou o primeiro CD, "Suzana Salles" e, em 96, gravou ao vivo o CD "Concerto Cabaré", com canções



de Brecht e Weill da "Ópera de Três Vinténs".

Suzana Salles é uma artista singular dentro do cenário musical brasileiro. Sua personalidade interpretativa, sua presença de palco e seu contagiante bom-humor fazem com que seu repertório, tão diversificado e aparentemente inconciliável, mantenha a coerência, incitando o público a acompanhá-la pela fascinante história da Música Popular Brasileira.

o que rola

Federação Paulista de Futebol discrimina jogadoras

Em vez de podermos comemorar o aumento de jovens jogadoras de talento no futebol feminino temos que lamentar e protestar quanto aos preconceitos dos dirigentes da Federação Paulista de Futebol. O sexismo é descarado. A imprensa divulgou que os critérios de beleza foram considerados fundamentais na seleção de jogadoras para participar do campeonato paulista. O que revela dupla discriminação é o fato de que, além de tudo, o padrão de feminilidade que os machistas de plantão estabeleceram como atributo a ser levado em conta refere-se a imagem de que as jogadoras de futebol seriam pouco femininas, leia-se, lésbicas. Além disso, estipularam a idade de 23 anos como teto de idade para participação no campeonato. Não é à toa que uma jovem negra talentosa ficou de fora, sem entender porque e uma jovem loura e inexperiente que mal tocou na bola nos testes foi imediatamente selecionada. Preconceitos de gênero, raça e orientação sexual podem ser detectados de uma só vez. Por isso, o deputado federal Doutor Rosinha protocolou esse mês no Ministério Público representação contra dirigentes da FPF e requereu à Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal a realização de audiência Pública para apurar o possível crime de discriminação.

folhafeminista

nº 29 novembro de 2001 ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Márcia Camargo, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otília Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A folha feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista.

Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria

Editora: Maria Lucia Silveira

Projeto Gráfico: Alexandre Bessa

Diagramação: Márcia Helena Ramos

Fotolito: Input

Impressão: RWC Artes Gráficas

Tiragem: 1.500 exemplares

Número avulso: R\$1,50

sof
SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- NOVOS PASSOS NA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES
- DEBATES FEMINISTAS NA EUROPA ATUAL